



Francisco Simões
Investigador Auxiliar no ISCTE

Excesso de peso, peso morto e contrapesos

Autoritário, o dealbar do novo ano exige sempre promessas, rumo a uma virtude qualquer. Na esperança de sermos um bocadinho melhores, mudamos e enganamo-nos em partes mais ou menos iguais. E assim prosseguimos, talvez avançando um pouco mais do que regredindo e isso já não é nada mau.

Não escapa ao prometório de janeiro aquela dieta e a respetiva perda de peso. É, evidentemente, difícil esse desígnio, tanto gostamos nós de nos juntar e celebrar à volta da mesa, inventando razões se preciso for. Ao fim de umas semanas, acabamos por racionalizar, invocando que esse impulso para o convívio é, afinal, parte de uma vitalidade mediterrânica que se repercute nos hábitos atlânticos. Ato contínuo, lastimamos verdadeiros dramas, como o declínio generalizado no consumo de vinho por esse mundo fora. Aprendessem os outros povos connosco, portugueses de bem e de mal, e viveríamos mais tempo e muito mais felizes. Pelo menos en-

tre os países da OCDE, somos imbatíveis: ninguém brinda como nós.

À administração pública regional e ao sistema político que a sustenta, não faria mal uma dessas promessas de Ano Novo para cortar o peso excessivo da incompetência que o emperra de forma mórbida. Continuando a crescer assim, ajudada por orgânicas permissivas e culturas complacentes que a empanturram de desleixo e ignorância, o dano será irreparável.

Pelo menos entre os países da OCDE, somos imbatíveis: ninguém brinda como nós.

As direções regionais são disso exemplo, com honrosas exceções. Na região, essas estruturas, que deveriam ser bem mais técnicas do que políticas, são descaradamente equiparadas a Secretarias de Estado para, demasiadas vezes, permitirem a distribuição de pequenos poderes. Sobre isso, não me irei repetir.

Como se já não bastassem essas gorduras que precisavam de ser queimadas com um intenso plano de exercício, com sessões múltiplas de transparência e exigência, olhamos para um lado e para o outro e deparamo-nos com o peso morto das oposições. De um lado, ouvimos a ladainha populista, rogando aos santinhos que se cortem salários aos que assumem posições de elevada responsabilidade, o que é uma excelente ideia para captar os melhores e mais competentes, como bem se percebe. De frente, na arquibancada rival, desconhece-se, sobretudo, uma visão que vá além da discussão das carreiras na função pública. Existe?

Neste contexto, restam-nos os contrapesos que a situação detesta e a oposição não pondera seriamente. Um bom exemplo é o Tribunal de Contas. A sua secção dos Açores tem produzido, com alguma regularidade, documentos valiosos, procurando aliar a análise custo/benefício das políticas a recomendações de melhoria. Fizeram-no, nos últimos anos, em matérias tão distintas

como o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso, o Plano de Recuperação e Resiliência destinado à Região Autónoma dos Açores e, mais recentemente, o Plano Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2024. Invariavelmente, empertigaram-se os incumbentes contra as conclusões, ainda que não as rebatam verdadeiramente. Custa-lhes, sobretudo, o escrutínio sistemático e independente, bem para além das parangonas, do dia seguinte, neste e noutros jornais. Podiam vir a terreiros fingir uma dessas promessas vagas de inícios de Ano Novo, admitindo lacunas, para nelas trabalharem em busca de virtude. Mas nem isso. Traçar um plano de resposta público e auditável ao fim de 12 meses talvez seja pedir demais, concedo, embora seja esse o tipo de decisão que distingue os melhores dos demais. Nessa atitude despeitada, apenas carregam na incompetência, fazendo-a pesar ainda mais sobre si próprios e sobre todos nós, a cada janeiro que passa. ■

